

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas.

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"),

consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif"). No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 55.716 mil, correspondente a R\$ 4,37 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 11,92%. A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 18,53%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <https://www.bofabrasil.com.br/>.

São Paulo, 24 de março de 2023.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

	2022	2021
ATIVO		
Circulante	1.277.280	1.468.209
Disponibilidades (Nota 4)	220	267
Ativos financeiros	1.264.762	1.451.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros (Nota 4)	497.953	497.486
Negociações e intermediação de valores (Nota 6)	744.791	933.202
Disponíveis para venda (Nota 5)	20.642	18.315
Outros ativos financeiros (Nota 7)	1.376	2.496
Ativos fiscais correntes (Nota 10)	10.469	15.113
Outros ativos (Nota 8)	1.829	1.330
Não circulante	44.564	44.757
Realizável a longo prazo	44.564	44.757
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	24.225	25.597
Outros ativos (Nota 8)	20.339	19.160
Total ativo	1.321.844	1.512.966
PASSIVO		
Circulante	824.485	1.055.955
Negociações e intermediação de valores (Nota 6)	743.927	933.870
Obrigações fiscais correntes (Nota 10)	35.590	69.430
Outros passivos (Nota 11)	44.968	52.655
Não circulante	21.358	19.072
Provisões (Nota 9)	15.819	14.941
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	5.389	3.987
Outros passivos (Nota 11)	150	144
Total passivo	845.843	1.075.027
Capital social	354.159	354.159
Reservas de lucros	119.694	83.028
Outros resultados abrangentes	2.148	752
Total patrimônio líquido (Nota 12)	476.001	437.939
Total passivo e patrimônio líquido	1.321.844	1.512.966

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

	2º semestre 2022	2022	2021
Receitas de intermediação financeira	31.360	55.903	19.058
Ganhos (perdas) líquidos com instrumentos financeiros	(498)	(936)	(788)
Resultado da intermediação financeira (Nota 13)	30.862	54.967	18.270
Receitas de tarifas e comissões (Nota 14)	96.046	211.290	288.014
Receitas operacionais	126.908	266.257	306.284
Despesas de pessoal (Nota 15)	(41.254)	(75.509)	(75.683)
Despesas de tarifas e comissões	(3.317)	(6.349)	(5.535)
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(48.291)	(87.872)	(74.613)
Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 17)	(7.958)	(19.199)	(27.418)
Lucro líquido antes da tributação	26.088	77.328	123.035
Imposto sobre a renda (Nota 10)	(1.128)	(21.612)	(45.968)
Lucro líquido do período/exercício	24.960	55.716	77.067
Lucro por ação em reais	1,96	4,37	6,04
Lucro básico e diluído por ação	1,96	4,37	6,04
Quantidade de ações	12.756.775	12.756.775	12.756.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

	2º semestre 2022	2022	2021
Lucro líquido do período/exercício	24.960	55.716	77.067
Ativos financeiros disponíveis para venda	778	1.396	490
Variação de valor justo (Nota 5)	1.298	2.327	817
Efeito tributário	(520)	(931)	(327)
Benefícios a empregado	-	-	120
Variação de ajuste atuarial (Nota 11)	-	-	198
Efeito fiscal	-	-	(78)
Total de outros resultados abrangentes	778	1.396	610
Total do resultado abrangente	25.738	57.112	77.677

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

	2º semestre 2022	2022	2021
Fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais:	49.837	23.440	91.779
Lucro líquido ajustado do período/exercício	14.976	56.638	70.963
Lucro líquido do período/exercício	24.960	55.716	77.067
Ajustes ao lucro líquido:			
Créditos tributários (Nota 10)	(9.457)	1.373	(6.447)
Provisões/(Reversão) atuariais (Nota 11)	5	5	(119)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 10)	(364)	(154)	561
Atualização depósitos judiciais (Nota 8)	(655)	(1.179)	(387)
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 9)	487	877	288
Variação de ativos e passivos	34.861	(33.198)	20.816
(Aumento) de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(1.298)	(2.327)	(817)
(Aumento)/Redução de outros ativos financeiros	486.645	189.530	(75.821)
(Aumento)/Redução de outros ativos	(6.503)	5.323	440
Impostos de renda e contribuição social pagos	(7.532)	(47.400)	(100.552)
Aumento/(Redução) de outros passivos financeiros	(480.142)	(189.941)	80.572
Aumento de outros passivos	43.691	11.617	116.994
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento:	(23.020)	(23.020)	-
Juros sobre capital próprio pagos	(23.020)	(23.020)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	26.817	420	91.779
No início do período/exercício	471.356	497.753	405.974
No fim do período/exercício (Nota 4)	498.173	498.173	497.753
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	26.817	420	91.779
Dividendos propostos	-	-	(3.970)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes			Total
	Capital	Aumento de capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Ativos disponíveis para venda	Benefícios a empregados	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	121.317	-	24.264	213.873	-	142	-	359.596
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	77.067	-	-	77.067
Aumento de capital (Nota 12)	222.092	10.750	-	(222.092)	-	-	-	10.750
Reserva legal (Nota 12)	-	-	3.853	-	(3.853)	-	-	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	54.911	(54.911)	-	-	-
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	8.219	(8.219)	-	-	-
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	-	(14.333)	-	-	(14.333)
Ajuste de avaliação patrimonial Disponível para venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	490	-	490
Ajuste de avaliação patrimonial Benefícios a empregados (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	120	120
Saldos em 31 de dezembro de 2021	343.409	10.750	28.117	54.911	-	632	120	437.939
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.716	-	-	55.716
Aumento de capital (Nota 12)	10.750	(10.750)	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 12)	-	-	2.786	-	(2.786)	-	-	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	29.910	(29.910)	-	-	-
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	3.970	-	-	-	3.970
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	-	(23.020)	-	-	(23.020)
Ajuste de avaliação patrimonial Disponível para venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	1.396	-	1.396
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.159	-	30.903	88.791	-	2.028	120	476.001
Saldos em 30 de junho de 2022	354.159	-	28.117	58.881	30.756	1.250	120	473.283
Lucro líquido do período	-	-	-	-	24.960	-	-	24.960
Aumento de capital (Nota 12)	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal (Nota 12)	-	-	2.786	-	(2.786)	-	-	-
Reserva estatutária (Nota 12)	-	-	-	29.910	(29.910)	-	-	-
Dividendos (Nota 12)	-	-	-	3.970	-	-	-	3.970
Juros sobre capital próprio (Nota 12)	-	-	-	-	(23.020)	-	-	(23.020)
Ajuste de avaliação patrimonial Disponível para venda (Nota 5)	-	-	-	-	-	778	-	778
Saldos em 31 de dezembro de 2022	354.159	-	30.903	88.791	-	2.028	120	476.001

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 24 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo.

As demonstrações financeiras para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas para divulgação pelo Comitê de Auditoria em 20 de março de 2023 e pela Diretoria em 24 de março de 2023.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/20 estabeleceram critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras com vigência a partir de janeiro de 2020, incluindo a apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente. A Resolução BCB nº 2/20 determina que as instituições financeiras devem apresentar em suas notas explicativas, de forma segregada, os resultados recorrentes e não recorrentes incorridos no exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

A Resolução CMN nº 4.966/21 dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

De acordo com Artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Conglomerado elaborou um plano de implementação o qual contempla seguintes etapas: (i) Diagnóstico da situação atual e impactos da nova regulamentação; (ii) Análise e desenho de novos processos, políticas e procedimentos; (iii) Análise da nova arquitetura tecnológica e desenvolvimento sistêmico e (iv) Homologação das alterações e estudo do plano de migração em 1º de janeiro de 2025. O plano de implantação foi aprovado pela Diretoria em 23 de novembro de 2022. O plano inicial poderá sofrer alterações decorrentes de normas complementares a serem emitidas pelo Bacen.

2.2. Moeda Funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e moeda funcional da Corretora.

2.3. Principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

A Corretora reconhece ativos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento.

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Bacen, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. A Corretora classifica seus ativos financeiros

como mantidos até o vencimento, disponíveis para a venda ou mantidos para negociação. Os ativos financeiros somente são classificados como mantidos até o vencimento se houver a intenção e capacidade financeira da Corretora para sua manutenção em carteira até o vencimento.

A Corretora inicialmente mensura e reconhece os ativos financeiros pelo valor justo. No caso de ativos financeiros não classificados como mantidos para negociação, são acrescidos e/ou deduzidos os custos de aquisição diretamente atribuíveis ao ativo financeiro. Para os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação, estes custos são reconhecidos como despesa no momento em que ocorrer.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros registrados como mantidos para negociação no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período. Os ativos financeiros registrados como disponíveis para a venda no balanço patrimonial estão mensurados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Negociações e intermediações de valores são substancialmente compostos por recebíveis oriundos da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

c) Passivos financeiros

A Corretora reconhece passivos financeiros em seu balanço patrimonial quando torna-se parte das condições contratuais do instrumento. Negociações e intermediação de valores são substancialmente compostos por obrigações oriundas da intermediação de valores mobiliários junto a clientes e à bolsa de valores e estão registrados no balanço patrimonial ao custo amortizado.

d) Baixa de ativos e passivos financeiros

A Corretora efetua a baixa de um ativo financeiro se os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa tenham vencido ou se todos os riscos e benefícios deste tenham sido transferidos para um terceiro. Caso a Corretora não tenha transferido todos os riscos ou benefícios para um terceiro, então, o ativo financeiro não é baixado.

A Corretora efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais deixam de existir, vencem ou são canceladas.

e) Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com o método indireto.

f) Impostos correntes e diferidos

A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a R\$ 240 no exercício, e contribuição social de 15% a 16% conforme abaixo.

Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 115/2022, posteriormente convertida na Lei nº 14.446/2022 e que de acordo com o Artigo 1º, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável as Corretoras de 15% para 16%, no período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022, dessa forma o imposto corrente foi calculado de forma proporcional seguindo o critério de proporcionalidade da Receita Bruta, conforme Instrução Normativa nº 1.942/2020.

A expectativa de realização dos créditos tributários da Corretora, conforme demonstrada na Nota 10, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico. Considerando as perspectivas de realização dos ativos fiscais diferidos

...continuação



Merrill Lynch S.A. C.T.V.M.
CNPJ nº 02.670.590/0001-95

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021
(em milhares de Reais)

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/2001.

m) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido da Corretora pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

n) Resultado recorrente e não recorrente

Considera-se resultado não recorrente, o resultado que: i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Corretora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos estão conforme descritos a seguir:

3.1. Valorização dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

3.2. Impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 10, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Corretora terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário da Corretora, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está composto da seguinte maneira:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos bancários	220	267
Disponibilidades	220	267
Aplicações em depósitos interfinanceiros	497.953	497.486
Total	498.173	497.753

A Nota 21 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

5. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

Os ativos financeiros disponíveis para a venda estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Fundo de Investimento				
Liquidez da Câmara				
B3 - FILCB	17.261	20.642	17.261	18.315
Total	17.261	20.642	17.261	18.315

A Nota 21 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

6. NEGOCIAÇÕES E INTERMEDIÇÃO DE VALORES

Os saldos dessas contas classificadas no ativo circulante e no passivo circulante são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	31/12/2022	31/12/2021
Negociações e intermediação de valores	744.791	933.202
Total ativo	744.791	933.202
Negociações e intermediação de valores	(743.927)	(933.870)
Total passivo	(743.927)	(933.870)

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A composição dos outros ativos e passivos financeiros está detalhada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Rendas a receber por prestação de serviços	1.376	2.496
Total outros ativos financeiros	1.376	2.496

A Nota 21 contém os detalhes do perfil de vencimento dos ativos financeiros da Corretora.

8. OUTROS ATIVOS

A composição dos outros ativos está detalhada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais	20.339	19.160
Outros valores (a)	1.678	1.312
Adiantamentos e antecipações salariais	151	18
Total outros Ativos	22.168	20.490

(a) Referem-se substancialmente, a reembolsos de despesas a receber junto ao Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

9. PROVISÕES

Provisões representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos, tais obrigações são avaliadas como passivos não circulantes.

As provisões registradas na data do balanço referem-se a obrigações legais e passivos fiscais contingentes cuja movimentação nos exercícios encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	14.941	14.653
Movimentações	878	288
Saldo final	15.819	14.941

As constituições apresentadas são referentes às atualizações das obrigações legais registradas no balanço patrimonial em contrapartida às outras despesas operacionais.

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

Obrigações legais: As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "provisões" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/Cofins nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

Passivos contingentes: A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 88.722 (R\$ 83.766 em dezembro de 2021) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 no valor de R\$ 45.945 (R\$ 43.566 em dezembro de 2021); e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 42.777 (R\$ 40.200 em dezembro de 2021).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

10. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

10.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	10.469	15.113
Total	10.469	15.113
Passivo		
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(19.768)	(52.260)
Impostos e contribuições a recolher	(15.822)	(17.170)
Total	(35.590)	(69.430)

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias		
Contingências	6.282	5.931
Provisão para participação nos lucros ("PLR")	17.943	19.666
Total de créditos tributários - ativo	24.225	25.597
Obrigações fiscais diferidas - passivo	(5.389)	(3.987)

10.3. Resultado de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	77.327	77.327	123.035	123.035
Juros sobre capital próprio	(23.020)	(23.020)	(14.333)	(14.333)
Ajustes temporários (a)	(4.608)	(4.608)	15.729	15.729
Ajustes permanentes	518	518	960	960
Resultado antes do IRPJ e CSLL	50.217	50.217	125.391	125.391
Aliquotas	25%	15% e 16%	25%	15 e 20%
IRPJ e CSLL	(12.530)	(7.738)	(31.324)	(21.895)
Incentivos fiscais	498	-	960	-
Passivo fiscal diferido	(294)	(177)	(98)	(58)
Ativo fiscal diferido	(857)	(514)	4.030	2.417
Despesas de IRPJ e CSLL	(13.183)	(8.429)	(26.432)	(19.536)

(a) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

10.4. Movimentação do crédito tributário

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ		Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ	
	Dezembro/21	Realização	Constituição	Dezembro/22
Contingências fiscais	3.735	-	220	3.955
Provisão PLR e benefício a empregados	12.292	(11.702)	10.625	11.214
Total	16.027	(11.702)	10.845	15.169

	Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ		Crédito Tributário Diferido Ativo - IRPJ	
	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Contingências fiscais	3.663	-	72	3.735
Provisão PLR e benefício a empregados	8.334	(7.420)	11.378	12.292
Marcação a mercado	-	(53)	53	-
Total	11.997	(7.473)	11.503	16.027

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL		Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL	
	Dezembro/21	Realização	Constituição	Dezembro/22
Contingências fiscais	2.195	-	132	2.327
Provisão PLR e benefício a empregados	7.375	(7.021)	6.375	6.729
Total	9.570	(7.021)	6.507	9.056

	Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL		Crédito Tributário Diferido Ativo - CSLL	
	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Contingências fiscais	2.152	-	43	2.195
Provisão PLR e benefício a empregados	5.001	(4.452)	6.826	7.375
Marcação a mercado	-	(32)	32	-
Total	7.153	(4.484)	6.901	9.570

10.5. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2022 são os seguintes:

	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2023	17.803	15.665
2028 e acima	6.422	2.980
Total	24.225	18.645

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados na medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

10.6. Movimentação de obrigações fiscais diferidas

As obrigações fiscais diferidas foram constituídas com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais, variação de marcação a mercado e provisão atuarial, e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Dezembro/21	Realização	Constituição	Dezembro/22
Juros sobre depósitos judiciais	3.485	-	471	3.957
Provisão de benefício a empregados	80	-	-	80
Marcação a mercado	422	-	931	1.352
Total	3.987	-	1.402	5.389

	Dezembro/20	Realização	Constituição	Dezembro/21
Juros sobre depósitos judiciais	3.331	-	154	3.485
Provisão de benefício a empregados	-	-	80	80
Marcação a mercado	95	-	327	422
Total	3.426	-	561	3.987

	31/12/2022	31/12/2021
Negociações e intermediação de valores	744.791	933.202
Total ativo	744.791	933.202
Negociações e intermediação de valores	(743.927)	(933.870)
Total passivo	(743.927)	(933.870)

	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos		
Programa de participação nos resultados	26.280	28.985
Valores a pagar sociedades ligadas (a)	7.890	9.272
Programa de participação nos resultados baseados em ações (b)	7.495	7.939
Provisão para pagamentos a efetuar	3.304	2.489
Provisões atuariais (c)	149	144
Dividendos a pagar	-	3.970
Total outros passivos	45.118	52.799

(a) A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Outros passivos		
Programa de participação nos resultados	26.280	28.985
Valores a pagar sociedades ligadas (a)	7.890	9.272
Programa de participação nos resultados baseados em ações (b)	7.495	7.939
Provisão para pagamentos a efetuar	3.304	2.489
Provisões atuariais (c)	149	144
Dividendos a pagar	-	3.970
Total outros passivos	45.118	52.799

(a) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

(b) O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

(c) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos no resultado do exercício de 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 5 (2021 - R\$ (119)) e outros resultados abrangentes R\$ 0 (2021 - R\$ (198)). Os valores seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós-emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos.

I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

i. Critério para apuração dos ativos - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial: 10,31% a.a. (6,09% a.a. real)

iii. Taxa anual de inflação de longo prazo: 3,98% a.a.

iv. Crescimento dos custos médicos: 8,92% a.a. (7,79% a.a. real)

v. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento: Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,75% a.a.; 55 a 79 anos = 4,75% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,25% a.a.

vi. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados: 100%

vii. Tábua de mortalidade geral: AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. Rotatividade: Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. Idade na data de aposentadoria: 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

x. Método atuarial: Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(em milhares de Reais)

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Aplicações em depósitos interfinanceiros: Referem-se a aplicações em depósitos interfinanceiros pós-fixados de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

Negociações e intermediações: referem-se aos direitos e às obrigações oriundas da intermediação das negociações de instrumentos financeiros efetuadas por conta de clientes. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

Outros ativos financeiros: incluem valores a receber pela prestação de serviços a serem liquidados no curto prazo. Tendo em vista os prazos para referidas liquidações, o valor justo e o valor contábil estão substancialmente próximos.

19. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Corretora incluem, além de suas controladoras, subsidiárias-irmãs e coligadas, o pessoal-chave da Administração da Corretora, familiares próximos e entidades sobre as quais estes ou seus familiares próximos podem exercer influência ou controle significativo.

Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que têm autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle das atividades do Grupo Bank of America Brasil, direta ou indiretamente.

19.1. Remuneração da Administração

Para fins de divulgação, entende-se por pessoal-chave da Administração, os diretores estatutários do grupo Bank of America no Brasil, cuja remuneração paga está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Plano de benefícios de longo prazo	31.940	27.865
Participação nos lucros e gratificações	22.634	14.133
Salários e benefícios	22.874	17.093
Previdência privada	2.076	1.449
Total	79.524	60.540

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram pagos encargos sociais e multas rescisórias no montante de R\$ 26.564 (R\$ 20.202 em 2021).

19.2. Plano de benefícios a longo prazo

A prática de concessão de incentivo a longo prazo tem por propósito promover o sucesso e aumentar o valor da Corretora, ligando os interesses pessoais dos colaboradores chave com os interesses dos acionistas. Destaca-se como objetivo primordial o reforço da motivação, atração e retenção dos colaboradores-chave.

19.3. Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações, não dá direito a qualquer compensação financeira.

19.4. Transações com partes relacionadas

Os saldos das transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

i. Saldos mantidos em balanço junto às partes relacionadas não controladoras

Tipo de operação	Vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Ativos			
Disponibilidades		216	265
Aplicações em depósitos interfinanceiros	03/01/2023 03/01/2022	497.953 -	- 497.486
Negociações e intermediação de valores	04/01/2023 04/01/2022	608.682 -	- 886.722
Outros ativos financeiros	23/01/2023 17/01/2022	1.376 -	- 2.495
Outros valores (a)		1.420	1.033
Total ativos		1.109.647	1.388.001
Passivos			
Negociações e intermediação de valores	04/01/2023 04/01/2022	(651.539) -	- (886.178)
Valores a pagar sociedades ligadas		(7.889)	(9.272)
Dividendos a pagar		-	(3.970)
Total passivos		(659.428)	(899.420)

(a) Referem-se, basicamente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional necessária em negociações com valores mobiliários efetuadas com empresas relacionadas.

ii. Saldos apresentados nos resultados decorrentes de operações junto às partes relacionadas não controladoras

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de intermediação financeira	55.902	19.057
Receitas de tarifas e comissões	43.576	38.703
Despesas de pessoal	12.135	8.895
Despesas de tarifas e comissões	(960)	(960)
Outras despesas administrativas	(78.256)	(69.159)

As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

A estrutura de risco do Bank of America Corporation (BAC) define os princípios para o gerenciamento consistente e eficiente dos diversos riscos aos quais o BAC e suas subsidiárias estão sujeitos, incluindo-se as subsidiárias brasileiras do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado") que é composto pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

A estrutura de governança aplica-se a todos os funcionários e colaboradores e estabelece papéis e responsabilidades para fins do gerenciamento de riscos para as distintas áreas da organização, divididas em três linhas de defesa: (i) negócios e respectivas áreas de controle; (ii) áreas independentes de risco e demais áreas de controle e (iii) auditoria interna. Esta estrutura atua no estabelecimento do modelo, apetite por risco e limites para as atividades do Conglomerado, através de uma estrutura de alçadas delegadas a comitês, e executivos, supervisionada pela Diretoria e comitês regionais.

O Conglomerado gerencia estes riscos segundo padrões globais, compositos por políticas, processos, sistemas, rotinas e procedimentos locais. Apesar da responsabilidade pelo gerenciamento de risco ser atribuída a todos os colaboradores, a área de riscos gerencia estes riscos através de análises tempestivas e independentes.

Em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, o gerenciamento dos diversos tipos de risco está integrado na Diretoria Executiva de Riscos, sob a responsabilidade do Chief Risk Officer ("CRO") e supervisão do Comitê de Gerenciamento de Riscos do Brasil (BMRC). O BMRC subordina-se à Diretoria e, entre outras responsabilidades, revisa e avalia a conformidade com os níveis de apetite por riscos, documentados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS), bem como, estratégias para o gerenciamento desses riscos, considerados individualmente e de forma integrada.

As atribuições do comitê de riscos encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.bofabrasil.com.br>).

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: Definido como a possibilidade de ocorrências de perdas associadas à inabilidade ou ao descumprimento pelo tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto na medida em que concede um novo crédito.

Seguindo um rigoroso e disciplinado processo de seleção de clientes, o risco de crédito é gerenciado com base no perfil de risco de cada tomador ou contraparte, incluindo a avaliação de fontes de repagamento, garantias subjacentes, e os impactos esperados relacionados ao ambiente econômico atual e projetado. Análise, monitoramento e limites de crédito são reavaliados proativamente para capturar eventuais mudanças no perfil de risco. O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultantes de eventos externos ou de sistemas, pessoas e processos internos inadequados ou deficientes, inerente a todas as atividades do Conglomerado. O Programa de Gerenciamento de Risco Operacional, em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil, incorpora e documenta os processos para a identificação, mensuração, monitoramento, controle e reporte de informações de risco operacional e de conformidade aos comitês apropriados. Cada linha de negócios e respectivas áreas de controle tem a responsabilidade de implementar esses processos e cumprir com as políticas e os padrões aplicáveis de risco operacional.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções legais ou regulatórias capazes de acarretar prejuízos financeiros relevantes ou danos à reputação do Conglomerado devido ao descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, os padrões e códigos de conduta. A Política de Compliance segue as diretrizes globais bem como os requerimentos locais da Resolução CMN nº 4.595/17.

Risco de Mercado: Definido como aquele decorrente de mudanças nas condições de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de outra forma, afetar negativamente os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade, limites de Value at Risk ("VaR"), limites de estresse e outros tipos de limites sobre métricas de risco são estabelecidos para o gerenciamento das exposições de risco do mercado do Conglomerado. Também são estabelecidos limites para mensurar e monitorar o risco de taxa de juros na carteira bancária.

i) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios as medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

ii) VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de risco de mercado, sendo que alterações observadas nesta medida devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

O modelo consiste em uma simulação histórica realizada em um período de observações de 3 anos atualizado periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, considerando-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes neste período de três anos. Essa metodologia leva em consideração os efeitos de riscos extremos, chamado efeito de "risco de cauda" características das séries dos ativos financeiros.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

	VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)		
	31/12/2022	31/12/2021	
VaR			
Fim do período	13.192	9.536	
Mínimo *	5.152	2.458	
Máximo *	16.389	13.491	
Médio *	9.877	6.204	

(*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, considerada uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, com relação aos retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda, omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

Risco de Liquidez: Definido como a incapacidade de atender às necessidades esperadas ou inesperadas de fluxo de caixa e garantias e, ao mesmo tempo, continuarmos a apoiar nossos negócios e clientes sob condições econômicas distintas. A Tesouraria Corporativa, em conjunto com as áreas de negócios, monitora a posição de liquidez diariamente e caso necessário toma ações corretivas para manter as métricas de liquidez de acordo com o apetite por risco e limites estabelecidos. Adicionalmente, o Conglomerado possui um plano de contingência de liquidez para situações na qual a métrica de estresse fique abaixo dos limites pré-determinados.

Risco Reputacional: Definido como aquele proveniente da percepção negativa da conduta e práticas de negócios adotadas pelo Conglomerado que possam afetar negativamente a rentabilidade e as operações. O risco reputacional pode ser proveniente da percepção negativa por parte dos principais interessados (clientes, contrapartes, investidores, reguladores, agências de risco), escrutínio de partes externas (políticos, consumidores, organizações da mídia) e a contínua ameaça de processo judicial. Estes fatores podem impactar a rentabilidade e as operações, dificultando a capacidade de estabelecer novos relacionamentos ou manter os

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do semestre foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022;

relacionamentos atuais com os principais interessados (investidores, reguladores, funcionários e a comunidade). O risco reputacional é gerenciado através de políticas e controles estabelecidos nos processos e negócios para mitigação tempestiva dos riscos de reputação e através de monitoramento e identificação proativa dos potenciais eventos. Os funcionários devem proteger a reputação do Conglomerado, agindo com ética e em conformidade com a legislação aplicável, conforme definido no Código de Conduta.

Risco Estratégico: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta inapropiada às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Riscos Interconectados

Além dos sete tipos de risco descritos acima, os riscos podem se manifestar em diversos outros tipos de risco, causando interdependências. Esses riscos interconectados requerem esforços abrangentes e colaborativos para serem identificados, medidos, monitorados e controlados de forma eficaz. Os riscos sociais, ambientais e climáticos, de concentração, de segurança da informação, risco de dados e risco de conduta são exemplos de riscos interdependentes que desenvolvemos e continuamos a aprimorar processos para incorporar em nossa Estrutura de Riscos e programas de gerenciamento de riscos.

Riscos sociais, ambientais e climáticos: O Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle destes, em aderência às Resoluções CMN nº 4.943/21 e nº 4.945/21.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo: O risco reputacional e de sanções regulatórias, relacionado aos crimes financeiros de lavagem de dinheiro, sanções econômicas e combate ao terrorismo é gerenciado por políticas e procedimentos globais, com endereçamento dos regulatórios locais e comprometimento de toda a organização.

Segurança da Informação e Cibernética: Conforme requerido pela Resolução CMN nº 4.893/21, foram implementadas políticas, processos e procedimentos para a governança, com a indicação de um Diretor Executivo e transparência nas informações ao regulador, estabelecimento de processos de contratação de prestadores de serviços de tecnologia relevantes, compartilhamento de inteligência com o setor, bem como relatórios anuais e eventuais em caso de incidentes materializados.

Gerenciamento de Capital: Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações da Resolução CMN nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.bofabrasil.com.br>).

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

i. Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

Ativo	31 de dezembro de 2022		
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Disponibilidades	220	-	220
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	497.953	497.953
Negociações e intermediação de valores	-	744.791	744.791
Disponíveis para venda	20.642	-	20.642
Outros ativos financeiros	-	1.376	1.376
Total	20.862	1.244.120	1.264.982

Passivo	31 de dezembro de 2021		
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Negociações e intermediação de valores	-	(743.927)	(743.927)
Total	-	(743.927)	(743.927)
Posição líquida	20.862	500.193	521.055

Ativo	31 de dezembro de 2021		
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Disponibilidades	267	-	267
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	497.486	497.486
Negociações e intermediação de valores	-	933.202	933.202
Disponíveis para venda	18.315	-	18.315
Outros ativos financeiros	-	2.496	2.496
Total	18.582	1.433.184	1.451.766

Passivo	31 de dezembro de 2021		
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Negociações e intermediação de valores	-	(933.870)	(933.870)
Total	-	(933.870)	(933.870)
Posição líquida	18.582	499.314	517.896

DIRETORIA	
Afonso Augusto de Azevedo Soares	Felipe Esberard de Vasconcelos Beltrao
Alessandra Raspante Soares	Marcelo Anção Chiovatto
Daniel Fazzolari	Monalisa Giannini Bertolotti Guardia
Eduardo Alcalay	Pedro Lopes Asprino
Eduardo Bianchi Rolim	

Ricardo Kenji Mukai
Contador – CRC - 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

- Validação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
 - Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Internos;
 - Avaliação da efetividade dos sistemas de Controles Internos da Instituição.
- O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America.

São Paulo, 20 de março de 2023.

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está,

de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de março de 2023

	PricewaterhouseCoopers	Marcos Paulo Putini
	Auditor Independente Ltda.	Contador CRC 1SP212529/O-8
	CRC 2SP000160/O-5	